

	<p align="center"><b>MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP</b> <b>ANEXO V</b></p>		
	<p align="center">DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DEADM</p>	<p align="center">SERVIÇO DE COMPRAS - SECOM</p>	<p align="center">LICITAÇÃO Nº 06/2014</p>

**DECLARAÇÃO**  
(PAPEL TIMBRADO OPCIONAL)

.....(razão social do  
licitante) com endereço na.....,  
inscrita no CNPJ/MF sob o número.....vem, pelo seu representante  
legal abaixo-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos artigos 7º  
e 9º, da Lei nº 10.520/02, declarar que cumpre os requisitos legais que assim o classifica, e que  
não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123,  
de 14 de dezembro de 2006, abaixo transcritas:

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de  
pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art.  
966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas  
Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

“§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para  
nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no  
exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de  
outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar,  
desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa  
não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite  
de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins  
lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput  
deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa  
econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de

corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

Em,                      de                      de 20                      .  
(assinatura do representante legal do licitante)